

Uma outra maneira de abordar as ciências sociais*

Como se sabe, a abordagem científica dos fenómenos sociais data do século passado. Ao longo destes dois séculos, a epistemologia destas ciências modificou-se grandemente devido à prática da pesquisa e à experiência adquirida pelos especialistas. A reflexão desenvolveu-se em dois planos: o do conhecimento do objecto (sociedade ou relação social) e o da teoria do conhecimento assim posta em prática. Daí resultou que as ciências sociais conquistaram a sua autonomia na vasta esfera das ciências. Tudo isto é conhecido, de maneira que não insistirei. O meu propósito é mais limitado, mas igualmente mais audacioso: pretendo expor-vos a concepção epistemológica que tenho das ciências sociais, por um lado, em ligação com as obras dos que marcaram o desenvolvimento destas ciências (Max Weber, G. Simmel, V. Pareto e ainda E. Durkheim) e, por outro lado, graças à tomada de consciência da extensão da nova problemática que se tem vindo lentamente a impor a seguir à viragem efectuada por esses grandes autores, dos quais somos directa ou indirectamente herdeiros. Concentrarei as minhas observações em três pontos.

1. CAUSALIDADE E AFINIDADE

É normal que as ciências sociais, e, na generalidade, as ciências humanas em vias de formação, tenham adoptado, à partida, o modelo das ciências já solidamente constituídas, como, por exemplo, as chamadas ciências da natureza e a sua epistemologia fundada na causalidade. Durkheim foi o principal teórico dessa concepção causalista, e mesmo monocausalista, das ciências sociais, mas reconheceu, no entanto, que o facto social ou colectivo, segundo a sua linguagem, embora devendo ser tratado como uma coisa, era de natureza diferente da do fenómeno individual e da natureza no sentido estrito do termo. Era, pois, necessário utilizar com correcções os empréstimos feitos à metodologia das ciências da natureza, tendo em conta a especificidade do facto social.

Mas já na época de Durkheim, que foi lido por Weber, Simmel e Pareto, contestaram essa interpretação puramente causal quer Gabriel Tarde quer Gustave Le Bon. Os fenómenos sociais, por dependerem da vontade dos homens, não obedecem à sucessão causal. Pode haver coincidências e relações discretas e obscuras que não se deixam reduzir ao

* Conferência proferida pelo Prof. Julien Freund, da Universidade de Estrasburgo, no ISCTE, a convite do ICS, no dia 14 de Novembro de 1986.

esquema da causalidade. Daí o interesse que Tarde manifestou pela imitação, que significa que os seres humanos conformam o seu comportamento uns com os outros, como se obedecessem a um esquema inconsciente. Há convergência ou concordância entre as relações, sem que haja necessariamente condicionamento causal.

Já não se pode falar dum facto social bem delimitado e, por isso, explicável como se se tratasse dum facto ou duma coisa. Em vez de facto social, Weber utilizava a noção de relação social, que tanto pode ser uma relação causal, como uma correlação significativa, já que os seres humanos regulam os seus comportamentos em relação uns com os outros. Enquanto o facto é independente dos agentes, a relação social é o produto duma actividade, autónoma ou não, dos indivíduos que dão um sentido ao seu comportamento na base de certos valores pessoais ou colectivos. Enquanto o facto é explicável pela anterioridade, por um facto precedente, a relação social explica-se mais ainda pelos fins que os homens procuram atingir. Indo num sentido análogo, Simmel irá substituir a noção de facto pela de acção recíproca (*Wechselwirkung*) e Pareto pela de dependência mútua. Importam pouco as denominações próprias de cada autor, o fundo é o mesmo: o desenvolvimento social não se explica de forma linear, segundo o esquema da causa e do efeito, mas contraditoriamente, muitas vezes por simpatia ou antipatia, por reacções de benevolência ou de hostilidade, por acordo ou desacordo com os valores ou com os objectivos que se pretendem atingir.

Esta viragem e esta quase rotura foi marcada epistemologicamente pelo pluralismo causal e pela noção de compreensão (*Verstehen*). O pluralismo causal tem dois significados: por um lado, nenhum acontecimento social se reduz a uma única causa determinável, mas a uma pluralidade de causas, não sendo o peso dessas diversas causas o mesmo para todos os comportamentos; por outro lado, o efeito pode actuar, por sua vez, como causa, de tal forma que a relação se torna reversível. Não é só causa da nossa acção o objectivo em função do qual agimos, mas também o efeito ou fim que, uma vez atingidos, se torna causa de acção para novos objectivos, num contexto de correlação que pode consistir em resistências, obstáculos ou antagonismos e resultar, por conseguinte, em fracasso. A acção social não é necessariamente coroada de êxito, na medida em que, conhecendo as causas, bastaria passar à acção, e, em vez disso, é preciso incessantemente avaliar e tornar a avaliar os meios, redistribuí-los no decorrer da acção. Ora todos estes processos não são sempre claramente explicáveis, pois intervêm imponderáveis, acidentes, acelerações ou atrasos dos quais só se pode dar conta pela compreensão.

A compreensão é o acto intelectual que se funda nas interpretações, em função do sentido dos objectivos dados aos actos apreendidos em geral, de um modo aproximativo, e não certo e unívoco. A solidez da compreensão tem graus variáveis, segundo as nossas interpretações do sentido e dos valores for mais ou menos correcta, segundo o nosso discernimento da constelação das causas e dos efeitos reversíveis for mais ou menos dominado e controlado.

Não é necessário acentuar demoradamente a importância da contribuição de Weber, Simmel e Pareto na determinação do estatuto epistemológico das ciências sociais e na consolidação da sua autonomia e especificidade. Estavam no fim das suas vidas quando se deu um desenvolvimento considerável nas ciências da natureza. Este fenómeno terá repercussões no

campo das ciências sociais, já não como modelo, como aconteceu durante as primeiras etapas da constituição das ciências, mas porque se relaciona com a cientificidade em geral, ou seja, com a ideia que fazemos da ciência, seja ela qual for. O causalismo mecânico foi batido sem apelo nas ciências da natureza, quer físicas quer biológicas. A teoria da relatividade e a teoria quântica modificaram os antigos esquemas causais, pois foi cientificamente provado, e não por aproximação incerta, por exemplo, que, quando se conhece a velocidade dum corpúsculo, não se pode estabelecer a sua posição e vice-versa. Estas incertezas não são incertas, mas cientificamente definidas, modificam o esquema da causalidade, pois não se pode estabelecer uma causa entre a velocidade e o local. A biologia conheceu uma renovação análoga ao pôr igualmente em dificuldade o esquema da mecânica da causalidade. E hoje assistimos à revolução tecnológica do computador e da informática, a substituir o movimento mecânico pelo fenómeno do contacto. Já não se toca em mecanismos, mas sim em teclas. Podemos mesmo perguntar se a civilização moderna do artifício tecnológico não retoma, pela acuidade do tacto, as civilizações ligadas à natureza. Pouco importa. O que me parece importante é o quanto estas inovações estão a remexer a epistemologia geral válida para as ciências no seu conjunto, quaisquer que elas sejam. Muitas relações sociais ligam-se e desligam-se por contágio, por influência discreta sem qualquer determinação predefinida, a que eu quero chamar afinidade, um termo que se encontra às vezes nas obras de Weber e Simmel. São relações que se estabelecem por conformidade, até em meios heterogéneos, sem que se possa invocar uma causalidade precisa. Consideremos o caso das perturbações nas universidades americanas e europeias em 1967-68, que alastraram numa universidade para outra até ao fracasso do movimento em França, nos finais do mês de Maio de 1968. A partir daí começou tudo a desagregar-se e as universidades voltaram pouco a pouco à calma que conheciam antes da agitação. A afinidade não exclui a causalidade. O que eu quero dizer com isto é que a explicação não se pode reduzir à causalidade, pelo menos a uma causalidade geral. Porque é que, numa dada altura, uma aldeia começa lentamente a morrer enquanto as aldeias vizinhas se mantêm vivas? Porque é que uma mudança de presidente faz perigar um grupo ou uma associação até então dinâmicos? Quando muito, pode falar-se nestes casos de causalidade singular, limitada a esta organização ou a este acontecimento. Vejam-se as fracções rivais no Líbano matando-se umas às outras, dando a impressão de não saberem fazer mais nada senão matar. Os Estados Unidos, com o presidente Carter, tinham caído na inércia; com Reagan encontraram uma nova dinâmica.

A presença dum certa personalidade na chefia dum Estado modifica a mentalidade geral, segundo a corrente passa ou não passa. Só se pode falar de causalidade num sentido vago, já que se produzem fenómenos de concomitância, de associação, de simpatia, de atracção ou de repulsa, que podem ser repensados segundo os esquemas da compreensão e que escapam à explicação causal. O que me parece excluído é a ideia dum determinismo universal e único, pois existe uma pluralidade de determinismos, físico, biológico, psicológico e outros, e estes determinismos podem contrariar-se e mesmo colidir.

É tendo em conta toda esta complexidade que proponho considerar as relações sociais, segundo a oportunidade, umas vezes na categoria da causalidade irregular, outras na das combinações por afinidade.

2. O COMPREENSÍVEL E O INCOMPREENSÍVEL

A epistemologia moderna foi marcada pela dualidade kantiana do fenómeno e da coisa em si, o que quer dizer pela ideia dos limites do conhecimento. Raciocinamos praticamente, nos termos da distinção entre o mundo do conhecido, o mundo dos fenómenos e o mundo inteligível, dito ainda metafísico. Até Kant, a epistemologia estava dominada por uma outra ideia: a dos graus do conhecimento, por exemplo em Descartes, Espinoza ou Leibniz. Lembremo-nos, por exemplo, do *Tratado da Reforma do Entendimento*, de Espinoza, dos quatro modos de conhecimento: por ouvir dizer, por experiência, por causalidade inadequada e por causalidade adequada. Ou ainda das *Meditações sobre o Conhecimento*, de Leibniz: conhecimento obscuro ou claro, confuso ou distinto, adequado ou inadequado, simbólico ou intuitivo. A partir de Kant não existe mais do que o mundo fenomenal da ciência e o mundo metafísico, com a ideia de que haveria uma espécie de limite entre os dois: dum lado, o mundo do que é conhecido, inventariado, ordenado, e do outro o mundo do não conhecido, dominado pelos paralogismos e pelas antinomias, e do ideal transcendente. Ou ainda: no primeiro desses mundos, o nosso conhecimento seria certo e seguro; no caso do segundo ficar-se-ia na ilusão. Ora penso que é este corte kantiano que é preciso pôr em causa.

Não me parece, com efeito, que haja, de um lado, o compreensível, a objectividade, o conhecido e, do outro, o incompreensível, o não conhecido; mas, pelo contrário, o incompreensível encontra-se no compreensível e vice-versa, assim como o não conhecido se encontra no conhecido e vice-versa. Foi o que Simmel pressentiu. Por isso não foi tão atingida quanto se disse a oposição entre a ciência e a metafísica, há dois séculos para cá: o conhecimento engloba ao mesmo tempo o conhecido e o não conhecido, pois se desenrola em dois registos simultâneos. Tomemos por exemplo as definições de Max Weber no primeiro capítulo de *Economia e Sociedade*. Weber faz intervir constantemente a noção de probabilidade, por exemplo, para definir a noção de relação social. «A relação social», diz ele, «consiste essencial e exclusivamente na probabilidade de se agir socialmente duma maneira significativamente exprimível.» No entanto, nunca define o que entende pelo conceito de probabilidade, que utiliza para definir cientificamente os conceitos fundamentais da sociologia. Weber usa, por conseguinte, uma noção não determinada para definir com precisão as outras noções. A probabilidade não faz parte do conhecido, do certo; quer isto dizer que o conhecimento opera ao mesmo tempo com o conhecido e o não conhecido, ou ainda com o conhecido e o desconhecido. Podiam fazer-se observações análogas a propósito da noção de classe social em Marx, ou de derivações e resíduos em Pareto.

Ora estes termos não definidos fazem com que o sociólogo se refira implicitamente a uma visão do mundo. A noção de probabilidade faz com que Weber introduza uma perspectiva metafísica nas ciências sociais, embora rejeitando a metafísica. Se definirmos os conceitos sociológicos pela probabilidade, introduzimos uma dimensão diversa da que utilizamos com a noção de determinação. Isto não vale só para as ciências sociais ou ciências humanas, mas também para as ciências físicas, nas quais se estabelece uma determinação científica com a indeterminação em que se define uma certeza (Heisenberg) com incertezas. A separação entre o sensível e o

cional, ou, mais geralmente, entre a ciência e a metafísica, não é assim tão definida quanto se tem pretendido. Há metafísica no cerne de toda a ciência; por conseguinte, há inexplicável no cerne da explicação propriamente dita, há desconhecido no conhecido.

3. IDEIA E EXPERIÊNCIA

O terceiro ponto leva-nos a reflectir sobre os *a priori* não explícitos nas nossas pesquisas. A maior parte dos sociólogos aborda as questões com ideias preconcebidas, em geral de ordem ética, que não dizem respeito à experiência científica. A análise marxista da classe social desenvolve-se a partir da ideia utópica da sociedade sem classes. Essa ideia serve de fio condutor à sua sociologia. A. Comte tinha também um fio condutor que não passou dum desejo: a humanidade. Durkheim trabalhava com a noção de solidariedade, sem a qual a sua análise da anomia seria pouco compreensível. É inútil ir mais longe. O essencial é que, geralmente, tentamos resolver os problemas pressupondo-os à partida resolvidos em termos que satisfaçam a nossa moral ou a nossa ideologia. Implicitamente, encaramos o melhor para tentar desfazer as dificuldades da vida e da experiência social.

O mérito de Weber, Simmel e Pareto está na atenção que prestaram à experiência, já que esta é feita de antagonismos segundo Weber, de conflitos segundo Simmel e de desequilíbrios segundo Pareto. A vida social, corrente e observável é feita de obstáculos, tensões, rivalidades, concorrências, lutas de influência ou lutas caracterizadas. Eis porque escrevi uma sociologia do conflito, respeitando a tradição de Weber, Simmel e Pareto, sabendo que se trata dum problema fundamental de metodologia. Ao abordar o tecido social com a ideia de que o problema já está resolvido (paz, solidariedade, justiça, liberdade, igualdade), a análise está, por assim dizer, de antemão encerrada. Fica aberta se se adopta o método inverso. Foi por essa razão que fundei em Estrasburgo um instituto de polemologia, e não de ideologia. É curioso notar que, até aqui, os sociólogos não fizeram do conflito um objecto das suas pesquisas, quando ele ocupa um lugar central em todas as sociedades — como se fosse necessário afastá-lo ou então como se fosse um fenómeno superficial relacionado com a má vontade e a ignorância. Não é de admirar que os especialistas do Peace Research nunca tenham elaborado uma teoria do conflito, pois o seu projecto é o de fazer triunfar a paz, de maneira que fazem objectos de paz, catálogos de condições de paz. Mas como compreender a paz fora de uma teoria do conflito ou da guerra? Se ponho como ponto de partida a paz, não posso compreender a guerra porque a elimino *a priori* na ideia. Só posso compreender a paz considerada não como ideia, mas como processo social, se à partida tento compreender o que é um conflito.

Todos os meus esforços pessoa têm consistido em derrubar o método corrente em sociologia: evitar partir da ideia da solução para aprender o que nos mostra a experiência social: tensões, antagonismos, lutas e conflitos. Esta diferença de perspectiva parece-me determinante na abordagem sociológica. O método que eu proponho não deixa unicamente os problemas em aberto, mas respeita o espírito da ciência enquanto pesquisa indefinida, pelo facto de as soluções se tornarem incessantemente novos problemas. Se partimos da conciliação, da desalienação do homem, como

Marx, da concórdia, da harmonia, da paz em função duma ideia *a priori* da liberdade, da justiça ou da felicidade, a ideologia está inevitavelmente à espreita da sociologia. Não foi sem razão que a sociologia, há uns tempos para cá, se espalhou tão facilmente na ideologia, em prejuízo da pesquisa científica. Chega-se ao ponto de gargarejar então fórmulas que sociologicamente não querem dizer nada: tudo é ideologia, tudo é político, tudo é violência, etc. A partir daí, os conceitos deixam de ser operatórios, pois chega-se a qualificar como violência não só toda a dominação, mas também todo o constrangimento, toda a regra, a própria ideia de ordem e, com Galtung, a relação de pais para filhos, dos professores com os alunos, mas, ao mesmo tempo, é-se indulgente em relação à violência caracterizada, por exemplo, dos terroristas e dos assassinos, porque a violência terrorista seria, por exemplo, libertadora.

Quando tudo é tudo, nada mais é definível, nada mais é específico, em suma, o conceito torna-se inútil, já que, falando duma coisa, se fala de tudo. O particular torna-se igual ao geral, o irrazoável a mesma coisa que o razoável, a guerra torna-se paz, o direito uma ofensiva, etc. Nessas condições, para que serve então a ciência se o papel da ciência consiste em definir, recusar a confusão, determinar, conceptualizar com rigor? Finalmente, nada mais tem significado, conteúdo, forma, pertinência, valor. É preciso conservar para os conceitos o seu significado de referência na inteligibilidade das coisas.

Podemos reunir estes três pontos numa conclusão respeitante à validade da pesquisa científica. Uma análise só é válida consoante as condições e os limites dos problemas levantados. Nenhuma noção social tem validade geral e condicional. Vale no contexto da investigação e dos conceitos utilizados. Assim, nenhuma noção consegue explicar tudo. A noção de classe social não é uma panaceia, pois só faz sentido segundo determinadas condições da pesquisa elaborada. É uma categoria da pesquisa em ciência social, mas a totalidade da explicação sociológica não se reduz a ela. O conflito é um conceito que se deve utilizar nas mesmas condições, pois nem tudo é conflitual numa sociedade. O conceito sociológico só é válido, por sua vez, quando se trata duma situação geral ou particular, nas determinações de causalidade ou de afinidade com as quais o construímos e o pomos em relação com outros conceitos elaborados nas mesmas condições. Nessa óptica, gostaria de assinalar o esquema proposto por Weber, que aponta como exemplo o conceito da economia, podendo fazer-se a mesma ilustração a propósito da política, da religião, do direito, da arte, etc. A sociologia pode utilizar a noção de economia em três sentidos definidos: no primeiro caso trata-se de fenómenos perfeitamente económicos, tais como o mercado, a bolsa, cuja finalidade é meramente económica. Em segundo lugar, há os fenómenos nos quais a economia tem o papel de condicionante das outras actividades, enquanto a economia determina a questão social ou a política do governo. Em terceiro lugar, há os fenómenos em que a economia está ela própria condicionada, da maneira como Weber analisou a influência do espírito puritano na formação do capitalismo. Os três meios são válidos, delimitando claramente de cada vez a natureza do problema que nos propunhamos resolver. A sociologia torna-se uma ciência inútil se, de antemão, se parte da ideia de que a economia é a explicação determinante em última análise. É inútil fazer uma pesquisa, pois conhece-se de antemão a solução. Tal como nas outras ciências, não há também uma ortodoxia do método nas ciências sociais. A pesquisa deve

não só ser aberta, mas também provocar aberturas para tornar mais inteligíveis as relações sociais, sabendo que a vida social é, como toda a vida, comandada por um património (tradições, costumes) e por escolhas e inovações que modificam as situações a cada passo.